



EMPREENDEDORISMO FEMININO PERIFÉRICO: UMA ANÁLISE DECOLONIAL

Cláudia Aparecida Avelar Ferreira

Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil.

E-mail: claudiahgv@gmail.com

Amanda Ribeiro Carolino

Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil.

E-mail: amandarc.dsg@gmail.com

Ana Carolina Pereira Nero

Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil.

E-mail: anacarolinanero@gmail.com

Renata Cristina Gomes Batista

Doutoranda em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil.

E-mail: renataadmmg@gmail.com

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas, Brasil. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil.

E-mail: armindo.teodosio@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é compreender como as mulheres negras periféricas migram para o empreendedorismo, devido às múltiplas formas de opressão. A pesquisa é descritiva e qualitativa e adota técnica de análise do discurso a partir das narrativas das empreendedoras negras periféricas na perspectiva decolonial. Participam do estudo três mulheres negras periféricas, que constituíram seus negócios no estado de Minas Gerais. A abordagem metodológica permite entender as opressões socioeconômicas dessas mulheres, ao considerar as suas perspectivas e vivências. A pesquisa aponta que a migração das mulheres negras periféricas para a atividade empreendedora é por sobrevivência, em razão do sexismo e do racismo estrutural, a falta de oportunidades e de acesso aos recursos e a invisibilização, o que pode afetar negativamente a sua capacidade de empreender e de ter sucesso nos negócios. Conclui evidenciando a urgência de políticas e iniciativas transversais, como o apoio ao Empreendedorismo Feminino Negro Periférico, para promover a cidadania e a reinserção social. Essas ações visam não só superar obstáculos, mas também garantir igualdade de oportunidades no empreendedorismo para mulheres negras em áreas periféricas. Elas devem ter voz ativa e participação como agentes sociais para o desenvolvimento de programas efetivos, melhorando suas condições de vida.

Palavras-chave: empreendedorismo; mulheres negras; identidade racial; decolonialidade; periferia.

PERIPHERAL FEMALE ENTREPRENEURSHIP: DECOLONIAL ANALYSIS

Abstract

This study aims to understand how peripheral black women migrate to entrepreneurship due to the multiple forms of oppression. The descriptive and qualitative research adopts a discourse analysis technique based on the narratives of peripheral black women entrepreneurs from a decolonial perspective. Three peripheral black women are starting to undertake who set up their businesses in the Minas Gerais state. The methodological approach made it possible to understand the socio-economic oppressions of these women by considering their perspectives and experiences. The research shows that the migration of peripheral black women to entrepreneurial activity is for subsistence due to sexism and structural racism, lack of opportunities and access to resources, and invisibility, which can negatively affect their ability to undertake and succeed in business. The conclusion is that there is an urgent need for cross-cutting policies and initiatives, such as support for Peripheral Black Female Entrepreneurship, to promote citizenship and social reintegration. These actions aim not only to overcome obstacles but also to guarantee equal opportunities in entrepreneurship for black women in peripheral areas. They must have an active voice and participate as social agents to create effective programs and improve their living conditions.

Keywords: entrepreneurship; black women; racial identity; decolonial perspective; peripheral.

1 INTRODUÇÃO

O estudo proposto buscou cobrir uma lacuna na administração ao investigar gênero e raça e classe social, por meio das empreendedoras femininas negras periféricas que estão envolvidas e/ou com dificuldades para ter acesso ao conhecimento explícito para maior acesso aos recursos com a finalidade de gerenciar seus negócios. Seus conhecimentos tácitos não têm sido valorizados no neoliberalismo, e elas permanecem invisibilizadas na sociedade brasileira. As mulheres negras estão em situação de desigualdade econômica comparada aos homens negros, mulheres brancas e homens brancos, conforme dados, de 2022, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese). Os homens negros são sofrem a interseccionalidade de gênero por meio do sexismo, raça e classe como a mulher negra (Crenshaw, 1991).

Entende-se por gênero como uma construção sociocultural (Scott, 1994), condição determinista para o estabelecimento de relações de poder desiguais, no espaço público e privado (Saffioti, 2015). O termo periferia, adotado neste estudo, refere-se a “uma área aonde ainda não chegaram os serviços urbanos, por isso, tem estrutura urbana precária, e nela se instala a população que não pode pagar para ter acesso à uma propriedade de melhores localizações” (Tanaka, 2006, p. 63). Isso denota um lugar onde os marginalizados da sociedade são predestinados a sobreviver, sem as condições mínimas de acesso aos demais cidadãos.

Em sua maioria, essas mulheres têm baixa escolaridade (Crisostomo; Reigota, 2010) e está concentrada em setores com baixa remuneração no mercado de trabalho (Harvey, 2008), o que faz com que elas enfrentam muitos desafios e barreiras para serem inseridas no mercado de trabalho formal, deixando-as em condições de consumo limitadas (Venugopal; Viswanathan, 2021) e sem garantias da sua sustentabilidade, em termos de segurança alimentar, acesso aos recursos econômicos por meio do trabalho decente, saúde e educação conforme preconizado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2021) com a Agenda 2030.

Essa condição acontece por causa da identidade racial, elemento central na decolonialidade, pois é a partir dela que podemos compreender as desigualdades estruturais presentes na sociedade. As mulheres negras periféricas enfrentam diversas formas de opressão, como o racismo, o sexismo e a pobreza, que limitam suas oportunidades de

empreender e de alcançar a autonomia financeira (Crenshaw, 1991; Harvey, 2008; Vorobeva, 2019).

O estudo se justifica no campo acadêmico por ter poucas pesquisas que tratam sobre o tema proposto (Siqueira; Nunes; Morais; 2018; Silva, 2019; Vorobeva, 2019; Venugopal; Viswanathan, 2021, Sabino; Pinheiro, 2022). Isso demonstra um campo em aberto para pesquisas empíricas e teóricas sobre o assunto, investimento em treinamento e qualificação para que esse grupo marginalizado tenha sucesso. Como no estudo de Domiciano, Bandeira e Santos (2021) evidenciam que mulheres que terminaram o processo de aprendizagem em duas organizações não governamentais, passaram a atuar com empreendedorismo, mudaram de vida e causou impactos econômicos locais.

O empreendedorismo é um fenômeno multidisciplinar e dinâmico, atrelado às oportunidades e novos negócios (Machado; Cazella; Piekas *et al.*, 2021). Bezerra, Souza e Gonçalves (2022) classificam o empreendedorismo, em nove tipos: informal, individual, feminino, corporativo, franquias, social, digital, cooperativo e sustentável. Neste estudo são abordados empreendimentos, nem sempre formais, desenvolvidos por mulheres negras, que nem sempre têm vozes ativas (Islam, 2012).

Ferreti e DeSouza (2021) ressaltam que “os discursos normalizadores que circulam sobre o empreendedorismo tendem a apresentar esse fenômeno como algo neutro em termos de gênero, posicionando o homem empreendedor como “normal” e a mulher empreendedora como o “outro” (p. 276). Essas narrativas fortalecem a discriminação de gênero, colocando as mulheres em segundo plano e não suscetíveis de sucesso, como é previsto para o homem (Ferreti; DeSouza, 2021).

O empreendedorismo feminino periférico ou subsistência (Venugopal; Viswanathan, 2021) pode ser entendido como a criação de negócios por mulheres, que vivem em áreas invisibilizadas pelo poder público, geralmente demarcadas pela exclusão social e econômica. Essas mulheres negras enfrentam inúmeras barreiras para empreender, como a falta de acesso aos recursos financeiros (Venugopal; Viswanathan, 2021), baixa escolaridade (Crisostomo; Reigota, 2010), pouca experiência em gestão de negócios (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2021) e, principalmente, barreiras por causa do preconceito e estereótipos de gênero e raça na sociedade brasileira (Siqueira *et al.*, 2018).

Nesse contexto, a decolonialidade torna-se uma abordagem fundamental para entender as complexidades do empreendedorismo feminino negro periférico. A decolonialidade busca desconstruir as narrativas hegemônicas e coloniais que marginalizam e subalternizam as mulheres negras periféricas, valorizando suas histórias e experiências (Quijano, 2012).

Mignolo (2017) e Quijano (2012) convergem ao afirmar que o pensamento decolonial na América Latina busca dar voz aos marginalizados pela colonialidade do poder, do ser e do saber. Esta busca desafia as estruturas epistemológicas que excluem os saberes dos povos periféricos, permitindo a crítica ao conhecimento hegemônico e a construção de novas teorias. Argumentam ainda que a noção de “fronteiras”, conforme delineado por Mignolo e Tlostanova (2006), foi instrumentalizada para criar divisões geográficas e corporais, classificando corpos e conhecimentos em categorias hierárquicas.

Por outro lado, Araújo e Carneiro Junior (2020) destacam a necessidade de resgatar a memória da escravidão no Brasil, especialmente no âmbito da administração, para debater o legado dessa história nas práticas de gestão contemporâneas, incluindo a persistência da discriminação racial e de gênero. Maia e Farias (2020), por sua vez, enfatizam como a colonialidade reproduz estruturas de poder e dominação, refletidas na discriminação racial e na exploração do trabalho, perpetuando a separação de conhecimentos.

Diante do contexto apresentado indaga-se: como as mulheres negras periféricas migram para a atividade empreendedora? O objetivo deste estudo é compreender como as

mulheres negras periféricas migram para o empreendedorismo, devido às múltiplas formas de opressão. Considera-se mulher negra, mulheres que tem cor de pele parda e preta (BRASIL, 2010). O estudo visa fomentar uma discussão na sociedade, envolvendo as mulheres negras como atores sociais, sociedade civil, Estado e comunidade acadêmica, com o propósito de delinear políticas transversais para este grupo marginalizado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A base desta revisão explora a interseção entre identidade racial e de gênero, enfatizando como esses elementos impactam não apenas a classe social, mas também a necessidade de buscar empreendedorismo. No entanto, é fundamental ampliar essa discussão para abordar as experiências específicas das mulheres negras no empreendedorismo, destacando suas lutas para acessar recursos de gestão e conhecimento necessários para o desenvolvimento de seus negócios. Além de contemplar o empreendedorismo como uma meta da Agenda 2030, é crucial explorar as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras nesse cenário, oferecendo uma visão mais abrangente das questões de gênero, raça e desigualdade no âmbito empreendedor.

2.1 Condicionantes que orientam a busca pelo empreendedorismo

A vulnerabilidade social e a pobreza multidimensional são mais frequentes nos grupos considerados minoritários (Ntsalaze; Ikhide, 2017). Estudos prévios apontam que restrições de consumo elevam a contingência empreendedora entre as mulheres de baixa renda (Venugopal; Viswanathan, 2021), bem como a conciliação entre trabalho e família (Versiani; Carvalho Neto; Caieiro *et al.*, 2021).

O empreendedorismo é impulsionado por forças externas e internas, como as barreiras no emprego, que geram o desequilíbrio financeiro (Israni ; Kumar, 2021); dificuldade na tomada de decisão em relação aos investimentos (Nobre; Machado; Nobre, 2022); burocracia para ter acesso aos financiamentos (Sebrae, 2021); por questões de gênero, preconceito (Siqueira; Nunes; Moraes, 2018); escolaridade (Crisostomo ; Reigota, 2010; Lima, 2019); falta de incentivos (Kai ; Queiroz, 2022; Siqueira *et al.*, 2018) e forças psicológicas (Lima; Nassif; Garçon, 2020).

A identidade do negro é um critério de hierarquização, para maior ou menor acessibilidade social e econômica. Ao considerar a hierarquização do negro, mediante os brancos, as mulheres negras ainda permanecem mais vulneráveis na sociedade, o que transparece na interseccionalidade de gênero, raça e classe social, excluindo-as do acesso às melhores oportunidades para uma vida digna (Crenshaw, 1991; Harvey, 2008; Vorobeva, 2019). Sabino e Pinheiro (2022) argumentam que a quantidade de empreendedores negros aumentou nos últimos dez anos, mas o movimento negro empreendedor brasileiro depara-se com restrições à sua materialização emancipatória e antirracista, devido aos condicionantes históricos estruturais como o sexismo e o racismo atribuídos pelo próprio sistema capitalista neoliberal, que constrói desigualdades socioeconômicas, retroalimenta e reproduz sistematicamente as discriminações decorrentes da raça e gênero.

Os dados extraídos do segundo semestre de 2022 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos revelam uma realidade alarmante e intrinsecamente ligada à demografia e à estrutura social do Brasil. A constatação mais evidente é a predominância da população negra, representando 55,8% do total de brasileiros. Dentro do universo dos 98,2 milhões de ocupados, a divisão entre grupos é marcante, com 53,3 milhões de pessoas negras e 44,9 milhões de pessoas não negras. Nesse contexto, merece destaque o contingente significativo de 21,9 milhões de mulheres negras inseridas na força de trabalho (Dieese, 2022).

É imperativo reconhecer que a ocupação laboral não é uma garantia absoluta de segurança e proteção para todos os trabalhadores. A análise desses números revela que uma parcela considerável, correspondendo a 47,1% dos ocupados, está envolvida em trabalhos desprotegidos. As mulheres assumem uma proporção desproporcionalmente maior, com 47,5% em comparação aos 46,9% de homens (Dieese, 2022). As disparidades salariais acentuam ainda mais essas desigualdades. O rendimento médio mensal das mulheres negras, fixado em R\$ 1.715,00 contrasta notavelmente com os R\$2.774,00 auferidos pelas mulheres não negras. Essa discrepância salarial reflete não apenas uma diferença econômica, mas evidencia a influência da raça na remuneração e oportunidades no mercado de trabalho (Dieese, 2022).

É crucial mencionar que as taxas de desocupação, indicadoras da fragilidade do acesso ao emprego, apresentam distinções marcantes entre os estratos sociais e raciais. Enquanto a taxa de desemprego entre mulheres negras alcança preocupantes 13,9%, as mulheres não negras enfrentam uma taxa de 8,9%. Esses números, além de ressaltarem a disparidade de oportunidades de emprego, destacam a vulnerabilidade específica enfrentada pelas mulheres negras no mercado de trabalho (Dieese, 2022).

Nesse contexto, torna-se evidente que o desemprego não apenas possui uma dimensão estrutural, mas também é fortemente influenciado por questões raciais e de gênero. A mulher negra emerge como uma figura especialmente vulnerável, sujeita as barreiras sistêmicas que limitam suas oportunidades econômicas. A compreensão e o enfrentamento dessas desigualdades requerem políticas e ações concretas que busquem não apenas a equidade de gênero, mas a justiça social e racial no ambiente de trabalho e na sociedade (Siqueira et al, 2018; Sabino; Pinheiro,2022).

Os dados revelados enfatizam a crescente atração pelo empreendedorismo como uma alternativa para muitos indivíduos, não apenas como uma escolha deliberada, mas muitas vezes como uma necessidade premente. No entanto, a transição para o empreendedorismo não é sempre uma opção livre e consciente. Com frequência, pessoas se veem compelidas a iniciar um negócio devido à escassez de oportunidades no mercado formal de trabalho, seja por desemprego, subemprego ou remunerações insuficientes (Guerra, 2022). Essa dinâmica remete à distinção primordial delineada por Marx (2013) entre trabalho e a mercantilização da força de trabalho no contexto capitalista. Ele ressalta a venda da capacidade de trabalho como a força motriz, uma diferença crucial que, embora a contribuição produtiva possa ser similar entre os indivíduos, a venda dessa força de trabalho não o é, conforme observado por Safiotti (1987), baseando-se nas concepções de Marx. Essa distinção é fundamental para compreender as disparidades salariais entre homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, mesmo quando desempenham funções laborais idênticas.

A conjuntura socioeconômica, especialmente em momentos de crise econômica como a enfrentada pelo Brasil (Guerra, 2022), pode acentuar essa realidade, exacerbando a necessidade de alternativas de subsistência que, muitas vezes, direcionam indivíduos para o empreendedorismo como uma solução pragmática diante da limitação de oportunidades no mercado de trabalho convencional.

O empreendedorismo é uma meta global da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida pela ONU (2021). Mais especificamente, o objetivo 8.3 da Agenda 2030 visa "promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, incentiva a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso aos serviços financeiros" (ONU, 2021).

Essa meta global reconhece que o empreendedorismo é uma força vital para a criação de empregos, inovação, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, em todo o mundo. A promoção do empreendedorismo pode ajudar a diversificar as economias nacionais,

umentar a competitividade e a produtividade das empresas, bem como reduzir a pobreza e a desigualdade social (ONU, 2021).

Na sociedade brasileira, a discriminação de gênero, orientação sexual, raça, idade e pessoa com deficiência contraria a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945), sendo o preconceito um dos quesitos que levam à agência do empreendedorismo, fazendo com que os indivíduos, principalmente as mulheres, rompam com o sistema patriarcal e a injustiça social (Siqueira et al, 2018; Sabino; Pinheiro,2022).

Essa situação leva-as à utopia de empreender, objetivando melhorar sua qualidade de vida e a dos seus familiares, para ter autonomia na sociedade racista e sexista como é a brasileira (Ferreira; Oliveira; Nunes, et al, 2020; Ferreira; Nunes, 2020). Essas mulheres enquadram-se nos grupos sociais subalternizados alinhados à perspectiva decolonial e, por isso, lutam em prol do seu empoderamento e pleiteiam políticas sociais, para ter acesso à justiça social, que é negada desde a escravidão.

2.2 Identidade racial: a não aceitação do meu fenótipo

A identidade racial é uma construção social que se refere à maneira como as pessoas se percebem e são percebidas pelos outros, em relação à raça ou etnia (Schwarcz; Gouyon, 2019). É importante ressaltar que a identidade racial é influenciada por diversos fatores, como a história, a cultura, a política e a economia (Gomes, 2003).

Ao explorar o tema raça, o Brasil se destaca pelo significativo grau de miscigenação, chegando a abstrair grande parte da sua população a respeito de suas origens. Isso ocorre desde o período colonial no Brasil, devido às relações sexuais entre os europeus, indígenas e negras (Zimmermann, 2020). A mestiçagem era vista como a salvação de uma população que, na mistura entre as raças, daria a oportunidade ao brasileiro de ser considerado mulato (DeSouza, 2017), “aperfeiçoando” os nascidos de mulheres negras, consideradas de uma raça inferior (Lopes, 2014).

Munanga (1999) traz em sua obra, reflexões de intelectuais entre os séculos XIX e XX como, Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues, a respeito da miscigenação a partir da predominância da raça branca no país. A perspectiva de Sílvio Romero era positiva sobre a criação de uma característica da nação, tornando um só povo, o povo brasileiro. Já Nina Rodrigues dispunha-se da opinião de que a mistura entre as raças era prejudicial para o país.

Na convicção da existência de raças superiores e inferiores, no início do século XX surgiu o movimento eugênico na Inglaterra, que logo veio a se propagar pelo mundo, criado para extinguir as imperfeições humanas por meio da ciência e da técnica, para que as gerações futuras fossem, assim, aperfeiçoadas. Portanto, nos Estados Unidos, foram criadas medidas radicais de seleção racial e social, como distinção imigratória e esterilização humana (Adams, 1990, como citado em Souza, 2022).

No Brasil, apesar de não ter sido adotada a esterilização, era uma preocupação política o controle imigratório e pensou-se, como solução, uma fiscalização nos portos do país para que fosse restrita a entrada de imigrantes, principalmente negros e asiáticos (Rebelo, 2010). Passados mais de cem anos após o movimento eugênico brasileiro, o negro ainda é visto como a parte mais vulnerável da população brasileira. Ferreira e Camargo (2011) abordam que a aristocracia branca brasileira faz questão de se identificar com características europeias, mantendo uma superioridade étnica que sobressai à etnia negra, considerada como sendo inferior, por isso, Ferreira *et al.* (2020) enfatizam que as mulheres negras sofrem discriminação por gênero e raça nas organizações.

Na obra de Ferreira e Camargo (2011) foi possível atentar ao depoimento de uma das participantes sobre como era a sua relação com a raça. Para ela era um sofrimento, pois ser

negro era ser sujo, burro e morar na favela. O que a consolava era a crença na mestiçagem, como a seguir:

Aí eu não sabia meu lugar, mas sabia que negro eu não era. Negro era sujo, eu era limpa; negro era burro, eu era inteligente; era morar na favela, e eu não morava, e, sobretudo, negro tinha lábios e nariz grossos e eu não tinha. Eu era mulata, ainda tinha esperança de me salvar (Ferreira; Camargo, 2011, p. 375).

Como o Brasil possui muita miscigenação, dificultou-se a categorização de raças, sendo que a identidade racial no país é composta de inúmeras definições, sendo consideradas a cor da pele e as características físicas como cabelo, nariz e boca. De acordo com DeSouza (2014), raça é uma questão política com fundamentação social, viabilizada por fatos históricos e culturais. Da forma como a definição de raça é aplicada, causa desfavorecimento em referência à raça oposta, que é caracterizado como racismo (De Souza, 2017).

A cor da pele no Brasil é um fator determinante em questões de preconceito racial. Quanto mais próximo da cor branca, o indivíduo está mais propenso a obter oportunidade de ascensão social, se comparado a outro que tem a tonalidade de pele mais próxima da cor preta (Aguiar, 2007; Pastoriza, 2021). Além disso, há uma naturalização das desigualdades raciais, minimizando o impacto do racismo estrutural (Bertoli; Miranda, Junho, 2023). O preconceito, quando influenciado pela aparência física, pelos traços e pelo sotaque do indivíduo, é visto como preconceito de marca, e não são levados em consideração o parentesco e a ascendência no momento da categorização racial (Nogueira, 2007).

A partir da percepção da existência de privilégios oferecidos à raça branca pela sociedade. O processo de 'embranquecimento' representa a busca por visibilidade e ascensão dentro de um contexto hegemonicamente direcionado à cultura branca. A aceitação social e a ascensão nas hierarquias de poder muitas vezes implicam na negação da identidade racial dos corpos negros (Ferreira; Camargo, 2011; Gomes; Duque-Arrazola, 2019).

Segundo Fanon (2008), a idealização do embranquecimento é uma prática racista enraizada na dominação e opressão coloniais, gerando nos indivíduos negros um profundo complexo de inferioridade. Essa busca por aceitação dentro dos padrões impostos pela perspectiva branca torna-se, para muitos, uma condição para sua própria humanização. A não aceitação ao cabelo crespo, resultando em alisamentos, é idealizada pela mídia e por outros agentes que possuem o poder de influenciar a sociedade (Gomes; Duque-Arrazola, 2019) sobre a beleza ideal, fazendo com que as pessoas busquem, desde a juventude, se encaixar no padrão ditado de beleza (Mesquita; Teixeira; Silva, 2020). O cabelo crespo é visto como desarrumado, o que leva as mães de crianças negras a uma relação difícil com o cabelo delas e, na intenção de criar um visual socialmente arrumado, submetem-as aos tratamentos capilares (Leite; Rodrigues; Batista, 2010).

Candler (2015) discorre que a cor da mulher negra cogita uma imagem figurada da raça. Desse modo, a cor carrega um significado no interior de ideologias raciais, sendo o racismo negado ininterruptamente e confundido com discriminação de classe. Do ponto de vista da mulher negra, a sua identidade está ligada à apresentação e ao relacionamento que tem com o seu cabelo. Por ser um componente de destaque no corpo humano, o cabelo tem simbologia entre as raças, o que afirma a sua relevância na formação da identidade (Candler, 2015).

A relação entre a identidade da mulher negra e a desconstrução de narrativas históricas marginalizadas é um tema que atravessa diversas esferas sociais e acadêmicas. Em um contexto contemporâneo, o cabelo crespo tem emergido como um símbolo poderoso de identidade e resistência para mulheres negras (Gomes; Duque-Arrazola, 2019). Este

reconhecimento vai além da estética, representando uma afirmação cultural e um ato de reivindicação de uma identidade muitas vezes subjugada e reprimida.

Essa reconstrução identitária é um processo vital para a mulher negra, como apontado por Ferreira e Nunes (2020), ao desconstruir as noções preconcebidas de sua identidade e origem, ela se liberta de estruturas de dominação impostas pela sociedade, valorizando seu próprio posicionamento e reafirmando sua autenticidade em um mundo que frequentemente marginaliza suas vivências e perspectivas.

Ibarra-Colado (2006) destaca o predomínio do colonialismo na América Latina, observando como o espaço geopolítico falsifica e imita conhecimentos do centro. Lugones (2014) aborda a interseccionalidade entre raça, classe, sexualidade e gênero no sistema capitalista, apontando a opressão das mulheres subalternas devido aos engendramentos raciais, de colonização, heterossexualidade e exploração capitalista. Ela critica o sistema de gênero, hierarquizado e racializado, que nega a humanidade por meio da diferenciação. Quijano (2012) faz uma crítica a colonialidade da população negra com a finalidade de dar vozes aos oprimidos e marginalizados. Mostra, ainda, a necessidade de desvencilhar as mulheres da colonialidade, passando a serem sujeitos e vencendo a normalização dos modelos vigentes (Lugones, 2014).

2.3 Empreendedorismo: desigualdade de gênero e raça

Respalda-se que as mulheres sempre trabalharam desde os tempos mais remotos, seja na caça ou na colheita de plantas e raízes (Saffioti, 2015). Mas as mulheres negras no Brasil, seja ela africana ou afro-brasileira, sempre trabalharam no período colonial (1500-1822), nas casas grandes, criando ou alimentando os filhos dos colonos como ama de leite, limpando e arrumando a casa, e outros tipos de serviços, além de serem vítimas de abusos e violência sexual (Saffioti, 2015).

Ao final do período de escravidão e de posse das cartas de alforria, muitas mulheres negras não encontraram trabalho, devido às barreiras discriminatórias na sociedade brasileira. Assim, para sobreviverem, se tornaram vendedoras nas ruas ou domésticas, ou foram para a prostituição (Baseggio; Silva, 2015).

A continuidade da vida das mulheres negras pós-abolição é histórica e contínua, como pode ser percebido nas ruas das grandes cidades, onde se vê babás negras cuidando de crianças brancas, ou mulheres jovens negras higienizando vidraças e chão, varrendo calçadas ou cozinhando para suas patroas brancas, as quais ocupam posições de executivas, gerentes, diretoras, dentre outras (Pereira, 2011; Versiani *et al.*, 2021).

Para as mulheres negras periféricas, a permanência no ensino superior é muito difícil, consequência do medo de furto, roubo, violência sexual, falta de segurança, falta de recursos financeiros, e em razão das barreiras históricas: sexismo, racismo e classe social. As mulheres negras despendem muitos esforços com as questões da divisão sexual e social do trabalho doméstico, sendo, muitas das vezes, as chefes do domicílio. Como moram distantes dos centros comerciais, para ter acesso a médicos, mercado, às escolas das crianças, gasta-se muito tempo com o transporte, o que leva ao desânimo nos estudos para o alcance de um diploma superior e da mobilidade social (Lima, 2019).

Há um contingente enorme de mulheres que empreendem vivendo em situação de subsistência e enfrentam restrições de consumo, em um sistema político familiar patriarcal, o que fortalece a ideologia de que o lugar da mulher é dentro de casa, é de cumprir os “deveres” de dona de casa e não para ser empreendedora. Dessa forma, é essencial que as barreiras estruturais de gênero sejam transpassadas para o crescimento dos negócios e a superação dessas restrições de consumo (Venugopal; Viswanathan, 2021).

Para Siqueira *et al.* (2018), o empreendedorismo é entendido como um meio para a atividade de cidadania e de participação social. Nesse contexto, as ações empreendedoras não podem ser separadas do ambiente socioeconômico do país. No entanto, no decorrer da história, empreender era atividade de predominância masculina branca, que detinha os recursos financeiros, o que excluía negros e mulheres. Diante da melhoria da economia no Brasil, houve aumento da representatividade das minorias no empreendedorismo, com o advento do microempreendedor individual e as micro e pequenas empresas. Porém, devido ao sexismo e racismo, as mulheres negras precisaram superar tanto a questão de serem mulheres como a questão da sua descendência africana, tornando suas escolhas de oportunidades condicionadas às aberturas de negócios aplicáveis.

A análise do empreendedorismo é um processo complexo e interativo, ilustrado pelas redes de práticas e experiências individuais na criação de empresas (Brito; Borges, 2022). Essa visão destaca não apenas a formação dessas redes, mas também a interação dinâmica entre pessoas e atividades comerciais. Paralelamente, Harvey (2008) explora a interseccionalidade de raça, gênero e classe social, especificamente no contexto das mulheres afro-americanas no mercado de trabalho. Ele destaca a sobre-representação dessas mulheres em setores com baixos salários e aponta para o empreendedorismo como uma possibilidade real para alcançar maior estabilidade econômica para mulheres negras na classe trabalhadora. Esse empreendedorismo étnico, como uma via potencial, não só oferece oportunidades econômicas, mas também pode reduzir as disparidades econômicas entre mulheres marginalizadas, diminuindo conflitos entre trabalho e família.

O estudo de Vorobeva (2019), na Finlândia demonstra o papel da interseccionalidade de raça, gênero, classe e nacionalidade frente às barreiras estruturais vivenciadas por mulheres africanas, pela difícil aceitação delas como empresárias africanas, em igualdade, com os outros agentes econômicos. As identidades interseccionais ora são vulneráveis ora vantajosas, dependendo do tipo de interação e do contexto social. Assim, a necessidade da implementação de políticas para atender aos novos migrantes, bem como a criação de polos de empreendimentos específicos para esse público.

O estudo de Silva (2019) traz como modelo de empreendedorismo negro, a Feira Preta, evento anual em São Paulo, organizada por uma entidade social sem fins lucrativos, que promove atividades culturais e comerciais direcionadas à comunidade negra. É um evento que fortalece as redes de solidariedade entre os negros, que estão engajados em coletivos culturais, ou que são empreendedores. Essas interações sociais têm provocado um conjunto de mudanças políticas e econômicas por duas décadas, emergindo desses encontros novos atores econômicos e políticos no Brasil.

Fortes e Teixeira (2022) argumentam que os empreendedores são agentes imersos em relações sociais formados por uma rede, com vários tipos de atores necessários para a sobrevivência dos envolvidos, inovação de produtos e seu sucesso, os quais usam cinco tipos de recursos: físicos, tecnológicos, financeiros, sociais e humanos. Machado, Fabris, Grabowski *et al.* (2022), ressaltam a importância de os empreendedores participarem das redes devido aos benefícios gerados para eles e para os negócios, mas, muitos deles não participam por causa da falta de gestão do tempo e das vivências negativas anteriores em alguma rede.

O empreendedorismo afro estimula a inovação social e o empreendedorismo social age como meio de sobrevivência, inclusão social e econômica. A inovação social disruptiva, alinhada ao marketing digital, constitui um instrumento de gestão e de novas estratégias de promoção e vendas de produtos, focalizada na vulnerabilidade social e no impacto ambiental (Lopes; Neves; Tolentino, 2022). Vieira, Oliveira e Miki (2023) e Adro, Fernandes, Veiga *et al.* (2021) corroboram Lopes *et al.* (2022) ao defenderem que a inovação social está atrelada ao empreendedorismo social, voltado para solucionar questões sociais, principalmente em países

em desenvolvimento, o qual mobiliza ideias, capacidades e recursos para a mudança social (Vieira *et al.*, 2023).

De acordo com os dados do Sebrae (2021), as empreendedoras negras são caracterizadas como: com baixa escolaridade e rendimento mensal, trabalhando a maioria por conta própria e, por isso, sendo menos empregadoras. O fato de terem menos empregados, é porque são empresas menores, com menos tempo na atividade, baixa contribuição previdenciária e baixa formalização, sendo a maioria jovens, com acesso ao crédito mais difícil, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil das mulheres empreendedoras por raça – 2º trimestre do ano de 2021

Item	Mulheres brancas	Mulheres negras
Número de empreendedoras	5 milhões	4,7 milhões
Distribuição por região	53% Sudeste	36% Nordeste
Faixa etária	25% (até 34 anos) 50% (35 a 54 anos)	30% (até 34 anos) 52% (35 a 54 anos)
Número de trabalhos (mais de um)	4%	3%
Escolaridade	35% (ensino médio completo ou incompleto) 39% (superior incompleto ou mais)	45% (ensino médio completo ou incompleto) 17% (superior incompleto ou mais)
Proporção de empregadoras	85% por conta própria 15% empregadoras	93% por conta própria 7% empregadoras
Número de empregados	84,9% - Nenhum 10,8% - 1 a 5 empregados	93,1% - Nenhum 5,7% - 1 a 5 empregados
Chefes de família	46%	52%
Formalização (tem CNPJ)	41%	24%
Rendimento médio mensal (reais)	R\$ 2.305,00	R\$ 1.539,00
Número de horas de trabalho por semana	49% (menos de 40 h)	59% (menos 40 h)
Tempo na atividade	12% (menos de 1 mês a 1 ano) e mais de 2 anos (80%)	16% (menos de 1 mês a 1 ano) e mais de 2 anos (73%)
Contribuição para a previdência social	49%	27%
Setor de atividade	Serviços - 53%; Comércio - 24% ; Agropecuária - 8%; Construção - 1%; Indústria - 14%	Serviços - 45%; Comércio - 30% Agropecuária - 9%; Construção - 1% Indústria- 15%

Fonte: Sebrae (2021)

No contexto socioeconômico e político, a periferia, é um lugar estigmatizado, que apresenta elevado potencial para se empreender e dar autonomia e melhores condições de vida às mulheres, para que não dependam de políticas sociais. Porém, a situação de pobreza exacerbou nos últimos anos e o Estado ainda precisa dar apoio a população que vive na linha abaixo da pobreza com políticas sociais.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa com abordagem descritiva e qualitativa. A pesquisa descritiva possibilita a descrição dos sujeitos que experimentam e estão expostos ao

fenômeno, buscando significados das vivências dos participantes (Creswell, 2010). E a pesquisa qualitativa visa obter dos dados de natureza interpretativa voltada para as pessoas ou grupos de pessoas que apresentam diversas formas de olhar para a realidade social (Creswell, 2010).

Para a coleta de dados foi desenvolvido um roteiro no *Google Forms*, contendo sete questões e variáveis demográficas (Quadro 1).

Quadro 1 - Relação de categorias e elementos de análise

Categorias	Elementos
Perfil da empreendedora	Idade; Estado civil; Tem filhos ou não; Casa própria, alugada, ou mora com a família; Escolaridade; Orientação sexual; se tem deficiência; Profissão
Empreendimento	Quanto investiu na abertura da empresa? Renda líquida mensal (1 salário-mínimo), 2 SM, 3 SM, acima 3 SM; Localização da empresa Número de empregados
Questões Burocracia e recursos financeiros	1. Como foi a tomada de decisão em investir no negócio? 2. Tentou financiamento no Banco? Conseguiu? Burocracia: Foi rápido ou demorada a liberação? Dinheiro próprio ou emprestado por terceiros?
Motivação	3. O que a levou a empreender? Ex.: restrições de consumo, dificuldade de conciliar trabalho e família, ou sexismo e racismo no mercado de trabalho.
Identidade racial e de gênero	4. Identidade racial Ser mulher negra facilitou ou dificultou na escolha do negócio? A sua escolaridade, gênero, ou orientação sexual, idade ou deficiência a influenciou a ser uma empreendedora, bem como no tipo de negócio escolhido?
Barreiras e desafios	5. Quais são as principais dificuldades enfrentadas por mulheres negras periféricas empreendedoras, devido à sua identidade racial? 6. De que forma as políticas públicas podem apoiar o empreendedorismo feminino periférico e como considera a identidade racial na implementação dessas políticas? 7. Como a decolonialidade pode ser uma abordagem útil, para a compreensão das experiências de mulheres negras periféricas empreendedoras e para o desenvolvimento de estratégias mais inclusivas de empreendedorismo sustentável?

Fonte: elaborada pelos autores (2023)

O formulário foi divulgado nas redes sociais, no *Networking* das pesquisadoras, como *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*. Foi adotado a técnica Bola de Neve quando é solicitado a uma pessoa o envio a outros membros da sua rede (Nardi, 2018). Participaram da pesquisa três empreendedoras negras periféricas, que se identificaram como negras nas narrativas e constituíram seus negócios no estado de Minas Gerais. Para garantir o anonimato das mulheres, elas foram identificadas por nome de flor (Orquídea) seguidas pelas cores azul, rosa e amarela, como meio de delicadeza e sutileza, no cuidado ao trazer as suas narrativas. O período da coleta dos dados foi de 14 de fevereiro a 24 de março de 2023. Ressalta-se que o fundamento da pesquisa qualitativa é o contexto do estudo e não a quantidade de sujeitos (Rey, 2005).

Foi adotada a técnica de análise do discurso a partir das narrativas das empreendedoras negras periféricas (Rocha-Coutinho, 2006). Esta técnica consiste na análise linguística textual para expressar a prática social e economia política das empreendedoras negras periféricas (Labov, 1972). Rocha-Coutinho (2006) afirma que “o uso da narrativa oral e da análise de discurso pode ser um rico e poderoso instrumento para uma melhor

compreensão de mulheres e homens e, assim, em muito pode contribuir para os Estudos de Gênero nas Ciências Humanas e Sociais” (p. 65). Na página 67, ela complementa que: “através de suas narrativas podemos obter um quadro mais amplo de como os entrevistados se percebem no mundo, de como e a que atribuem valor, e do significado particular atribuído a suas ações e a seu lugar no mundo”.

A estrutura de análise das narrativas escritas foi embasada na metodologia de Labov (1972), fundamentada na análise interpretativa do discurso e na sociolinguística interacional. Essa abordagem se concentra na compreensão da aplicação da linguagem dentro das interações sociais. Este modelo se divide em seis fases: Sumário (introdução do assunto); Orientação (identificação dos personagens: tempo e lugar); Ação complicadora (sequenciação temporal das orações); Avaliação (encaixada ou externa); Resultado (desfecho) e Coda (síntese de encerramento).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Quadro 2 apresenta os dados das empreendedoras negras, em relação às variáveis demográficas.

Quadro 2- Relação das variáveis demográficas

Variáveis demográficas	Participantes		
	Orquídea Azul	Orquídea Rosa	Orquídea Amarela
Idade (anos)	50	42	38
Estado civil	solteira	separada/divorciada	solteira
Filhos	sim	sim	sim
Casa própria	sim	sim	sim
Escolaridade	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino fundamental incompleto
Orientação sexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual
Localização do empreendimento	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais
Investimento na abertura da empresa (moeda real)	4 mil	Nenhum	Nenhum
Renda mínima mensal	Um salário-mínimo	Um salário-mínimo	Um salário-mínimo
Número de empregados	Nenhum	Tem mais de 3 empregados	Tem mais de 3 empregados
Tipo do negócio	Alimentação	Não declarado	Não declarado
Financiamento em banco	Não	Não	Não
Demora na aprovação do financiamento	Não	Não	Não
Recursos para a abertura da empresa	Empréstimo de Terceiros	Empréstimo de terceiros	Empréstimo de terceiros
Há quanto tempo abriu o negócio?	2021	3 anos em média	2 anos

Fonte: elaborada pelos autores (2023)

A motivação que impulsionou as mulheres negras provenientes de áreas periféricas ao empreendedorismo foi a dificuldade enfrentada para adquirir produtos básicos, como

alimentos e itens de higiene. Nesse contexto, buscaram e obtiveram empréstimos de terceiros para viabilizar seus empreendimentos. Entre as participantes deste estudo, duas delas lideram negócios que empregam mais de três colaboradores, auferindo cada uma renda líquida mensal equivalente a um salário-mínimo. Notavelmente, apenas a empreendedora identificada como Orquídea Azul realizou um investimento na empresa, totalizando R\$ 4.000,00, direcionando suas atividades para o setor de alimentação. Possuir ensino médio completo ou superior incompleto não levou a mobilidade social.

Essas mulheres empreendedoras, há dois anos, estabelecem suas atividades empresariais em Minas Gerais, habitando e gerenciando seus negócios em áreas específicas caracterizadas por uma segregação espacial direcionada aos grupos minoritários, como observado por Dias (2022). Nesses espaços periféricos, identificados como locais de concentração de enclaves étnicos minoritários, observa-se a imposição de condições socioeconômicas desfavoráveis (Tanaka, 2006). Esta disposição geográfica delinea não apenas um local físico, mas também impõe restrições e desafios socioeconômicos significativos, como a presença de pobreza, demanda habitacional e uma preponderância de mulheres chefes de família. Esses elementos constituem uma realidade complexa, onde as condições de segregação espacial não apenas delimitam geograficamente as comunidades, mas também moldam as oportunidades e dificuldades enfrentadas pelas mulheres empreendedoras negras nesse contexto específico (Mignolo; Tlostanova, 2006; Venugopal; Viswanathan, 2021).

A média de idade entre elas foi de 43 anos, todas se identificam como heterossexuais, possuem filhos e residência própria. É relevante notar que apenas uma das participantes possui ensino superior incompleto, o que sinaliza para determinadas limitações educacionais que podem influenciar nesse contexto empreendedor (Venugopal; Viswanathan, 2021; Harvey, 2008).

Esses dados indicam que a decisão de adentrar o empreendedorismo de subsistência, com uma renda considerada baixa, foi motivada por restrições no consumo (Siqueira *et al.*, 2018), influenciadas por questões de preconceito (Crisostomo; Reigota, 2010; Lima, 2019), barreiras educacionais (Siqueira *et al.*, 2018), e falta de incentivos (Kai; Queiroz, 2022), entre outros fatores relevantes que permeiam a interseccionalidade de gênero, raça e desigualdade social no cenário empreendedor.

A análise detalhada das experiências das empreendedoras, nomeadamente, a Orquídea Azul, Orquídea Rosa e Orquídea Amarela, revela nuances adicionais na interseccionalidade de gênero, raça e outras categorias identitárias. Enquanto para algumas, como a Orquídea Azul, fatores como gênero, escolaridade, orientação sexual e deficiência não influenciaram diretamente a escolha do tipo de negócio, para outras empreendedoras, como a Orquídea Rosa e a Orquídea Amarela, esses elementos tiveram impactos variados. Orquídea Amarela ressalta em sua narrativa "*Sou mulher negra e catadora de material recicláveis*", demonstrando como a identidade racial intersecciona gênero e impactou sua vida.

Surpreendentemente, a Orquídea Rosa reconheceu que sua identidade como mulher negra influenciou a decisão do tipo de negócio a empreender, refletindo o peso da interseccionalidade de gênero e raça na sua trajetória empreendedora (Lima, 2019). Por outro lado, a Orquídea Amarela apontou que a orientação sexual e a condição de ter deficiência exerceram influência em seu empreendimento, evidenciando como diferentes identidades podem se interconectar para moldar as escolhas empresariais (Siqueira *et al.*, 2018).

Esses relatos ilustram a complexidade das interseccionalidades, evidenciando como diferentes identidades podem ter pesos diversos na escolha e no sucesso dos negócios. Além disso, a questão da idade emergiu como um fator determinante em graus variados para cada empreendedora (Seidl; Neiva; Faiad *et al.*, 2022). Enquanto para a Orquídea Azul a idade teve pouca influência, para a Orquídea Rosa teve um peso um pouco maior e para a Orquídea Amarela teve uma influência mais significativa.

Essa dinâmica ressalta não apenas a importância de considerar múltiplas identidades, mas também como o etarismo pode intersectar-se com outras formas de discriminação, como o racismo, sexismo, orientação sexual e ter deficiência, elevando as barreiras e dificuldades enfrentadas, principalmente no contexto do emprego (Vorobeya, 2019). A literatura evidencia que a interseccionalidade dessas categorias não opera em isolamento, mas se entrelaça, gerando formas complexas de discriminação e barreiras para o acesso a oportunidades de emprego (Lugones, 2014).

O entrecruzamento de categorias excludentes como idade, raça, gênero, orientação sexual e deficiência amplia os desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras, destacando a importância de abordagens inclusivas e políticas que reconheçam essa interseccionalidade de opressões entrelaçadas que dificultam as oportunidades para promover a equidade e chances igualitárias (Crenshaw, 1991) no mundo empreendedor.

Essa teia intrincada de discriminações se reflete na realidade das empreendedoras negras. Ao serem questionadas sobre as principais dificuldades enfrentadas como empreendedoras negras, as participantes destacaram o preconceito como o principal obstáculo para avançar em seus negócios. Segundo a Orquídea Azul, *“Fatores sociais, falta de recursos. Educação de qualidade. O mercado está sempre em movimento e a falta de recursos nos marginalizam, o que se torna impossível ter acesso às transformações”* (Orquídea azul). Essa interseccionalidade das experiências das empreendedoras, onde o preconceito, falta de recursos e educação de qualidade se entrelaçam, destaca a complexidade das barreiras enfrentadas por essas mulheres no mundo empreendedor. Isso reforça a urgência de políticas inclusivas que reconheçam e abordem essas intersecções para promover equidade de oportunidades neste cenário desafiador (Siqueira et al, 2018; Sabino; Pinheiro, 2022).

A narrativa da Orquídea Azul oferece um olhar profundo sobre como a estrutura da sociedade limita drasticamente suas condições e prejudica o desenvolvimento de suas atividades empreendedoras. Como apontado por Lima (2019), mulheres negras em contextos populares e periféricos enfrentam uma vulnerabilidade socioeconômica que, desde cedo, as coloca diante da difícil escolha entre trabalhar em condições precárias ou continuar os estudos. Esta situação acarreta dificuldades de inserção no mercado de trabalho quando mais velhas, levando-as a empreender por necessidade.

A perspectiva apresentada pela Orquídea Azul demonstra como a vulnerabilidade socioeconômica é apenas uma parte do desafio. É interessante notar que as outras duas participantes, Orquídea Rosa e Orquídea Amarela, destacaram o preconceito como um fator crucial, desafiando a suposição de que a vulnerabilidade socioeconômica é o único obstáculo para o empreendedorismo (Crisostomo; Reigota, 2010; Siqueira et al., 2018; Lima, 2019; Venugopal; Viswanathan, 2021).

Quando questionada sobre a viabilidade de políticas públicas destinadas a apoiar o empreendedorismo periférico e considerando o fator racial como um determinante para tais políticas, a participante Orquídea Rosa afirmou: *“Criando dentro das secretarias e ministérios equipamentos aptos a promover a acolhida desse público e trabalhar mudanças culturais, a fim de fazer com que a sociedade tenha uma visão mais humana voltada para esse público que é a minoria”*, isso destaca a necessidade de estabelecer estruturas dentro de secretarias e ministérios dedicadas a facilitar a integração desse público, promovendo mudanças culturais essenciais para uma visão mais inclusiva da sociedade em relação a essa minoria.

A narrativa enfatiza a importância fundamental de instituições públicas implementarem mecanismos de acolhimento para mitigar o preconceito direcionado a esse grupo. Isso sugere a urgência de não apenas políticas de suporte ao empreendedorismo periférico, mas também de transformação social e cultural para uma abordagem mais humanizada e igualitária em relação às minorias empreendedoras (ONU, 2021). Com base em Labov (1972), é possível identificar uma avaliação por parte da argumentação da Orquídea

Rosa, que diz respeito ao fato de ela propor uma alternativa por parte do setor público, para fomentar ações culturais, no intuito de despertar na população um olhar não estereotipado sobre as mulheres negras empreendedoras, em sua maioria de classe popular. Com base nessa perspectiva, outra participante, a Orquídea Azul, seguindo essa mesma linha de raciocínio, frisou sobre a importância de fomentar o protagonismo da mulher negra. Assim, ela narra: *“Colocando mais mulheres negras nas ruas, não só dentro das barraquinhas de feira, nos estandes e nos palcos. Trazendo a cultura para fora dos empreendimentos e dando voz a elas nos palcos”*.

Na fala da Orquídea Azul, é possível identificar uma ação complicadora (Labov, 1972), uma vez que a participante chama a atenção para o fato de que se faz necessário ampliar os espaços de atuação das mulheres negras. Ela utilizou uma analogia dos “palcos” para transmitir o argumento de que as mulheres negras não devem estar em uma posição de subalternização e escondidas em determinados setores de atividades econômicas, e sim em lugares de destaque, para que as suas respectivas vozes possam ecoar e alcançar posições de destaque na sociedade. Consequentemente, isso diminuiria de maneira processual os atos de silenciamento direcionados a essa camada da população, que sofre cotidianamente os impactos da exclusão, em decorrência dos elementos relacionados à raça, classe e etnia (Silva, 2019; Vorobeya, 2019).

Posteriormente, as participantes foram questionadas sobre quais os motivos que as levaram a investir em seu próprio negócio. A Orquídea Azul disse: *“renda complementar e sair do mapa de extrema pobreza”*. A Orquídea Rosa afirmou: *“o que levou à busca por fundarmos uma associação de catadores foi a falta de espaço no mercado de trabalho, uma forma de buscar sobrevivência de maneira lícita e digna”*.

Mais uma vez a narrativa das participantes coloca em ênfase o empreendedorismo por necessidade. O fato dessas mulheres não terem tido oportunidades no mercado de trabalho, as colocam em uma condição de ter que criar suas próprias alternativas de sobrevivência. Assim, elas acabam se submetendo às condições de trabalho precárias, e/ou empreendem em algum ramo para o qual possuem habilidades. Nascimento (2021) chama atenção para os espaços e funções relegados às mulheres negras, funções que lhes são atribuídas desde a escravidão. A presença de valores coloniais (Mignolo, 2006; Quijano, 2012), que se sobrepõem aos mecanismos atuais de conservação e manutenção dos privilégios raciais, reproduz sobre a população negra um suposto “destino histórico”, pois ao observar o perfil das instituições e organizações, é essa parcela da população brasileira, em sua maioria, que desenvolve atividades domésticas e com baixa remuneração (Nascimento, 2021).

Ao serem questionadas sobre “como é ser uma empreendedora negra no Brasil” as participantes retomam a temática do preconceito, mas ao mesmo tempo frisam sobre a autonomia que o empreendedorismo possibilita, podendo se articularem e fazerem a gestão de seu tempo de trabalho, conforme os depoimentos da Orquídea Rosa: *“é matar um leão por dia”* e da Orquídea Amarela: *“é um árduo trabalho”*.

As narrativas da Orquídea Rosa e da Orquídea Amarela confirmam o quão doloroso é a realidade das empreendedoras negras. Isso se deve exclusivamente ao desprezo do papel representado pela mulher negra na sociedade. A história da mulher negra foi constantemente inviabilizada, seja do ponto de vista racial, ou na perspectiva de gênero. Pode-se constatar que o critério racial se constituiu como estrutura de escolha e classificação, fazendo com que as mulheres negras ocupassem, ao longo da história, os lugares mais baixos dentro da hierarquia social (Nascimento, 2021). A Orquídea Azul aborda aspectos relacionados às dificuldades, frisando sobre o quanto a atividade empreendedora, apesar das dificuldades, é um mecanismo de transformação social em sua vida. Isso porque, por meio do trabalho, ela estabelece contato com diferentes atores sociais, colocando-se como exemplo para os seus filhos, para

que tenham, no futuro, motivação para se empenharem pelos seus sonhos, mesmo diante das dificuldades.

Muito difícil, mas também uma forma de ter minha renda, sair um pouquinho de casa, envolver com pessoas e experiências diferentes. Tudo que gera transformação social e familiar é bem-vindo, sempre quis ser exemplo para meus seis filhos. E necessário acreditar que meu exemplo salvou a vida deles, pois o bom exemplo em casa os levou a acreditar na salvação da vida deles. Mães negras que dão exemplo aos seus filhos salva a vida deles (Orquídea Azul).

Nas narrativas das empreendedoras negras periféricas, transparece a interseccionalidade de gênero, raça e classe social na prática brasileira, o que aponta Lugones (2014) ao corroborar Harvey (2008). Essa condição é alarmante e demanda um olhar para a emergência de políticas sociais e, conseqüentemente, para atender as metas da Agenda 2030.

Racializada apresenta estruturas diversas, onde nesse ambiente geopolítico, sendo lugar que emana fonte de saberes, não há valor pela cultura desses povos, em razão de serem adotados os moldes eurocêntricos (Ibarra-Colado, 2006), segregando outros conhecimentos (Maia; Farias, 2020). A administração pública precisa impulsionar o desenvolvimento de novos conhecimentos desses povos marginalizados, já que a desigualdade social e racial tem se elevado por diversos fatores, como o fortalecimento do sistema neoliberal (Araújo; Carneiro, 2020).

A análise das experiências das empreendedoras negras em áreas periféricas transparece a necessidade urgente de políticas públicas e estratégias de empoderamento. É fundamental reconhecer que o acesso ao ensino médio e a oportunidade de adquirir qualificações e treinamento são elementos-chave para o fortalecimento dessas empreendedoras, mas não é suficiente na totalidade, enquanto não exterminar o racismo institucional. Organizações como o Sebrae ou instituições não governamentais desempenham um papel vital ao fornecer recursos e capacitação. O desenvolvimento dessas competências não apenas impulsiona seus negócios, mas também contribui para uma renda econômica sustentável. Para ilustrar essa interdependência e sinergia entre os aspectos cruciais para o empoderamento, é apresentado um framework que destaca a relação entre Educação e Capacitação, Acesso a Recursos e Apoio Empresarial, bem como a Redução de Barreiras e Preconceitos. Esta representação evidencia a interconexão dessas áreas, enfatizando a importância de abordagens integradas para promover oportunidades equitativas no campo do empreendedorismo para as mulheres negras em áreas periféricas.

Na Figura 1 apresenta o framework que revela a interconexão entre suas categorias. 'Educação e Capacitação' emergem como pilares essenciais para o empoderamento das empreendedoras negras em áreas periféricas, capacitando-as e ampliando seu acesso a recursos. Essa relação direta fortalece-se com 'Acesso a Recursos e Apoio Empresarial', impulsionando-as por meio de mentorias e financiamento. Além disso, 'Redução de Barreiras e Preconceitos' é crucial, permeando todas as áreas e fomentando um ambiente mais inclusivo. Políticas públicas baseadas nesse framework são essenciais para impulsionar o empoderamento, promovendo não apenas o crescimento dos negócios, mas também a inclusão e a equidade no ecossistema empreendedor.

Figura 1 – Síntese dos resultados



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

O *Framework* sintetiza como as opressões estruturais entrelaçadas se refletem no cotidiano das mulheres negras empreendedoras periféricas. Para sua autonomia financeira é necessário investimentos que elas não possuem, por isso, é essencial ter políticas que promovam e apoiem essas mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo fundamental deste estudo foi compreender como as mulheres negras periféricas migram para o empreendedorismo, devido às múltiplas formas de opressão. No entanto, é importante ressaltar que, embora tenhamos alcançado insights significativos, há uma necessidade urgente de aprofundar ainda mais essa compreensão., através do conhecimento tácito desse grupo marginalizado de mulheres negras, logo elas precisam ter poder de falas.

O empreendedorismo dessas mulheres emerge como uma resposta diante das inúmeras barreiras sociais e estruturais que limitam suas oportunidades em um contexto marcado pela intersecção de raça, gênero e condições socioeconômicas desfavoráveis. No entanto, a análise dessas condições se revela apenas uma parte do que constitui uma realidade muito mais ampla e complexa., a ponto de não ter mobilidade social mesmo com ensino médio e superior incompleto.

As mulheres negras periféricas iniciaram o negócio sem recursos próprios, necessitando de aporte financeiro de terceiros, não buscaram financiamento e tem renda mensal de um salário-mínimo. O que levou as mulheres empreenderem foi por questão de subsistência (alimentos e produtos de higiene) e capacitismo. O racismo e a vulnerabilidade econômica foram fatores cruciais que impactam as vivências das mulheres negras na periferia, além de invisibilizadas na sociedade.

Ao considerar criticamente as conclusões deste estudo, é evidente que a migração para o empreendedorismo, embora seja uma forma de resistência e sobrevivência, não deve ser encarada como a solução definitiva para as desigualdades enfrentadas por essas mulheres. A transformação estrutural necessária para garantir a equidade de oportunidades requer ações em níveis mais amplos da sociedade.

As limitações educacionais, o preconceito, a escassez de recursos e os desafios no acesso ao mercado de trabalho são apenas alguns dos obstáculos enfrentados. No entanto, para além do campo empreendedor, é preciso uma abordagem mais abrangente por parte das políticas públicas, do setor empresarial e da sociedade como um todo.

É fundamental reconhecer o papel crucial que essas empreendedoras desempenham na economia e na sociedade brasileira. Contudo, a valorização desse papel vai além de medidas voltadas exclusivamente para o empreendedorismo. É necessário um engajamento efetivo em políticas que proporcionem não apenas condições equitativas para iniciar negócios, mas também para promover uma cultura de inclusão, oferecer oportunidades educacionais justas e garantir acesso a recursos para todos os setores da sociedade.

Limitações: o uso do formulário *Google Forms* limitou maior participação das mulheres negras respondentes devido a necessidade de escrita e não apenas assinalar as perguntas objetivas, constituindo uma barreira e dificultando maior profundidade nas questões. Embora tenha fornecido uma abordagem acessível e prática para a coleta de dados, a natureza mais estruturada do formulário pode ter limitado a capacidade de alguns participantes expressarem integralmente suas experiências. Em razão da terminologia acadêmica, constituiu outra barreira devido as dificuldades de compreensão, que foi um dos questionamentos de umas das participantes, que ela nem sabia o significado das palavras.

Estas sugestões visam aprimorar a abordagem metodológica em estudos futuros, como a entrevista pessoal individual ou focal para maior profundidade sobre suas vivências, ou uso da história oral ou de vida, garantindo uma coleta de dados mais sensível, inclusiva e que permita uma compreensão mais aprofundada das complexidades enfrentadas por mulheres negras empreendedoras.

AGRADECIMENTOS

As pesquisadoras agradecem todas as protagonistas (Orquídea rosa, amarela e azul). As suas contribuições foram fundamentais para debater a situação do empreendedorismo de subsistência na academia e na sociedade em geral e evidenciar as suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

ADRO, Francisco de; FERNANDES, Cristina I.; VEIGA, Pedro M.; KRAUS, Sascha Social entrepreneurship and social innovation: looking inside the box and moving out of it. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, p.1-27, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s11365-021-00748-4.pdf>. Acesso 18 julho 2023.

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v.36, n.37, p. 83–88,2007. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-%20MARCIO.%20A%20construcao%20das%20hierarquias%20sociais%20classe-%20raca-%20genero%20e%20etnicidade.pdf>. Acesso 18 julho 2023.

ARAÚJO, Cintia Cristina Silva de; CARNEIRO JUNIOR, Erivaldo da Silva. A Bibliometric Analysis of the Intellectual Structure of Slavery Studies in the 21st Century. **International Journal of Professional Business Review**, v.5, n.1, p.105–127, may 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341263370_A_Bibliometric_Analysis_of_the_Intellectual_Structure_of_Studies_on_Slavery_in_the_21st_Century.. Acesso em 18 jul. 2023.

BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer de. As condições femininas no Brasil colonial. **Maiêutica**, v.3, n.1, p. 19-30, out. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/228916700>. Acesso em 18 jul. 2023.

BERTOLI, Jessica Maria; ALMEIDA MIRANDA, Adilio Rene; JUNHO, Flávio Terra. Cotas e a questão racial no contexto de organizações públicas: discursos dos gestores públicos. **Cadernos de Estudos Interdisciplinares**, v.5, n.2, p.201-244. 2023. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cei/article/view/2167>. Acesso 5 dez.2023.

BEZERRA, Paloma Rayanne Silva; SOUZA, Sandra Maria Araújo de; GONÇALVES, Geuda A. Da Costa. Estudo bibliométrico da produção científica internacional sobre empreendedorismo digital. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v.13, n.2, p.75-100, mai/ago.2022. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/68171/estudo-bibliometrico-da-producao-cientifica-internacional-sobre-empreendedorismo-digital/i/pt-br>. Acesso em 18 jul. 2023.

BRASIL. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010 (2010, 20 de julho). Estatuto da Igualdade Racial destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 Set. 2010.

BRITO, Mozar J.; BORGES, Alexandre Fernando. Imagens do empreendedorismo: uso de metáforas na pesquisa sobre o fenômeno empreendedor. **Gestão & Conexões**, Vitória, v.11, n.2, p. 118-137, mai. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/37032>. Acesso em 18 jul. 2023.

CANDLER, G. G. (2015). Assimilação crítica and research on the periphery. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v.13, (Edição Especial), p.560-572, Sept. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/HkvpHSZhMzJg8xpsLPhPVJz/?format=pdf>. Acesso em 18 jul. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v.46, n.6, p.1241-1299, July 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em 18 jul. 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marcos Antônio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. **Avaliação**, Campinas: Sorocaba, v.15, n.2, p. 93-106,2010. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/860>. Acesso em 18 jul. 2023.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE). **Brasil: a inserção da população negra sem mercado de trabalho**. Dados a partir de Pnad Contínua. IBGE - dados do 2º trimestre de 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022/index.html?page=1>. Acesso em 05 dez. 2023.

DESOUZA, Eloíso Moulin. Poder, diferença e subjetividade: a problematização do normal. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v.1, n.1, p. 103–143, jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/2556>. Acesso em 18 jul.2023.

DESOUZA, Eloíso Moulin. Processos de racialização: inteligibilidade, hibridade e identidade racial em evidência. **E&G Economia e Gestão**, v.17, n. 48, p. 23-42, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323959341_PROCESSOS_DE_RACIALIZACAO_Inteligibilidade_Hibridade_e_Identidade_Racial_em_Evidencia. Acesso em 18 jul. 2023.

DOMICIANO, Dâmaris Queila Paredes Oliveira; BANDEIRA, Lucilene Klenia Rodrigues; SANTOS, Raquel do Rosário. A formação de mulheres empreendedoras para o protagonismo social: entrelaces da gestão da informação e a mediação da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 11, n. 3, p. 239–251, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/61592>. Acesso em: 19 jul. 2023.

EMPREENDEDORISMO NO BRASIL (2019). **Relatório Técnico**. Global Entrepreneurship Monitor. <https://ibqp.org.br/gem/download/>. Acesso em 2 jan. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.31, n.2, p.374-389, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-61207>. Acesso em 18 jul. 2023.

FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; NUNES, Simone Costa. Mulheres negras: um marcador da desigualdade racial. **Revista da Associação Brasileira de pesquisadores/As Negros/As (ABPN)**, v.12, n.33, p.508-534, jun./ago 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/674>. Acesso em 18 jul. 2023.

FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; NUNES, Simone Costa; CASTRO, Gilce Aparecida Quintão. Diversidade e gestão: análise na perspectiva de gênero e raça no Brasil. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 54-66, jan./abr. 2020. <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>. Acesso em 8 dez 2023.

FERRETI, Amanda Soares Zambelli; DESOUZA, Eloíso Moulin. Teoria queer e os discursos sobre empreendedorismo: desigualdades de gênero e alternativas de análise a partir do entrepreneuring. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.20, n.2, p.276-288, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/mdN7RjMRFjnkmpFLk8mgCRd/?format=pdf>. Acesso em 18 jul. 2023.

FORTES, G. P.; TEIXEIRA, R. M. Redes sociais dos empreendedores para a inovação: estudo de casos múltiplos em micro e pequenas empresas. **Gestão & Regionalidade**, v. 38, n. 114, p. 363-379, 2022.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p.167–182, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf>. Acesso em 18 jul. 2023.

GOMES, Cláudia.; DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. Consumo e identidade: o cabelo afro como símbolo de resistência. **Revista da Associação Brasileira de pesquisadores/As Negros/As (ABPN)**, 11(27), 184-205, nov. 2018/fev. 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/496>. Acesso em 18 jul. 2023.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva. ComiDHAA de verdade para todos: desafios para a efetivação do direito humano à alimentação adequada no cenário de crises no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v.31, n.2,p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WfzwWL9NYHmYzMSMCVXDHKf/#>. Acesso em 07 dez 2023.

HARVEY, Adia M. Personal Satisfaction and Economic Improvement: Working-Class Black Women's Entrepreneurship in the Hair Industry. **Journal of Black Studies**, v.38, n.6, p. 900-915, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0021934706290982>. Acesso em 18 jul. 2023.

IBARRA-COLADO, Eduardo. Organization studies and epistemic coloniality. In Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, v.13, n.4, p. 463-488, June 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350508406065851>. Acesso em 18 jul. 2023.

ISLAM, Gazi. Can the subaltern eat? Anthropophagic culture as a Brazilian lens on post-colonial theory. **Organization**, v.19, n.2, p.159-180, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350508411429396>. Acesso em 18 jul. 2023.

ISRANI, Monisha ; KUMAR, Vikash. Gendered Work and Barriers in Employment Increase Unjust Work–Life Imbalance for Women: The Need for Structural Responses. **The International Journal of Community and Social Development**, v.3, n.3, p. 290–295, September 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/25166026211040374>. Acesso em 18 jul. 2023.

KAI, Flavia Obara; QUEIROZ, Adriane Raily Alexandre. Revisão sistemática sobre empreendedorismo e empoderamento feminino na base de dados da Web of Science. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v.10, n.2, p. 16-29, 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/55753. Acesso em 18 jul. 2023.

LABOV, William. **Language in the inner city**: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LEITE, Francisco; RODRIGUES, Carla D. Rabelo; BATISTA, Leandro Leonardo. Cabelos cacheados: infância, estereótipos e propaganda contraintuitiva. **Pensamento & Realidade**, v.25, n.2, p.133-151, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/7236/5228>. Acesso em 18 jul. 2023.

LIMA, Renata Miranda. Mulheres negras: a relação de mobilidade urbano periférica com a permanência na educação superior. **Revista Defensoria Pública**, n.12, p. 297-325, 2019. Disponível em: <https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/258>. Acesso em 18 jul. 2023.

LIMA, Luciano Gonçalves de; NASSIF, Vânia Maria Jorge; GARÇON, Marcia Maria. The power of psychological capital: The strength of beliefs in entrepreneurial behavior. **Revista de Administração Contemporânea**, v.24, n.4, p. 317-334, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/DJFzK4q3pgm95Q3p6FwcyKd/?format=pdf>. Acesso em 18 jul. 2023.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2014.

LOPES, Renat Oliveira; NEVES, Marianna; TOLENTINO, RS da Silva. Inovação social: estudo das ações e valores criados pelos afroempreendedores. **Revista Pretexto**, Belo Horizonte, v.23, n.2, p. 67-85, abr./ jun. 2022. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/pretexto/article/view/8964>. Acesso em 18 jul. 2023.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n.3, p.935-952, 2014. Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/0>. Acesso em 18 jul. 2023.

MACHADO, Hilka Pelizza Vier; CAZELLA, Carla Fabiana; PIEKAS, Andrezza Aparecida Saraiva; CARVALHO, Carlos Eduardo. Entrepreneurship and strategy: analyzing themes from bibliometric studies in the light of the concept of strategic entrepreneurship. **BAR - Brazilian Administration Review**, v.18, n.3, p.1-34 jul./set. 2021. Disponível em: <https://bar.anpad.org.br/index.php/bar/article/view/522/451>. Acesso 18 jul. 2023.

MACHADO, Hilka Pelizza Vier; FABRIS, Juliana; GRABOWSKI, Vanessa; CARVALHO, Carlos Eduardo. Por que empreendedores não participam em redes? Um estudo com microempreendedores do comércio varejista. **Revista Gestão & Planejamento**, Salvador, v.23, n.1, p. 143-164, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/6992>. Acesso em 18 jul. 2023.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações**, Campo Grande, v.21, n.3, p. 577–596, jul./set. 2020. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2300>. Acesso 18 jul. 2023.

MARX, Karl. O processo de produção do capital. *In: O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESQUITA, Juliana Schneider; TEIXEIRA, Juliana Cristina; SILVA, Caroline Rodrigues. “Cabelo (crespo e cacheado) pro alto, me levando a saltos” em meio à ressignificação das identidades de mulheres negras em contextos sociais e organizacionais. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Curitiba, v. 19, n. 2, p. 227-256, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2868>. Acesso 18 jul. 2023.

MIGNOLO, Walter. D.; TLOSTANOVA, Madina V. Theorizing from the Borders: Shifting to Geo- and Body-Politics of Knowledge. **European Journal of Social Theory**, v.9, n.2, p.205-221, may 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431006063333>. Acesso 18 jul. 2023.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF: Dossiê: literatura, Línguas e Identidades**. Rio de Janeiro: Cadernos de Letras da UFF, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NARDI, Peter M. **Doing Survey Research: A Guide to Quantitative Methods**. 4. ed.. New York, NY: Routledge, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Ratts, A. (Org). Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 2021.

NOBRE, Fábio Chaves; MACHADO, Maria José de Camargo; NOBRE, Liana Holanda Nepomuceno. Behavioral biases and the decision making in entrepreneurs and managers. **Revista de Administração Contemporânea**, v.26, n. Supl.1, p.1-13, 2022. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1530/1779>. Acesso 18 jul 2023.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.19, n.1, p.287-308, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/>. Acesso 18 jul. 2023.

NTSALAZE, Lungile; IKHIDE, Sylvanus (2017). The threshold effects of household indebtedness on multidimensional poverty. **International Journal of Social Economics**, v.44, n.11, p.1471-1488, 2017. Disponível em: <https://www.sciencegate.app/document/10.1108/ijse-03-2016-0086>. Acesso em 18 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1945. Disponível em: https://nacoesunidas.org/docs/carta_da_onu.pdf. Acesso em 09/07/2021.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 set.2023.

PASTORIZA, Ronildo Neumann. **O Preconceito Racial no Brasil**. Clube de Autores (managed), 2021.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o 'lugar' das mulheres negras no pós- abolição. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo 2011.

QUIJANO, Anibal. (2012). Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: Lander, E. (Org.). **La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2012, p.201-246.

REBELO, Fernanda. **A Travessia: imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926)**. 2010. 325 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

REY, Fernando Luis González. **Pesquisa qualitativa e subjetiva**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos De Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 65–69, 2006. Disponível em: <https://www.rcaap.pt/detail.jsp?locale=pt&id=oai:scielo:S1413-294X2006000100008>. Acesso 18 jul. 2023.

SABINO, Geruza de Fátima Tomé; PINHEIRO, Daniel Calbino. Empreendedorismo negro brasileiro: tensões e limites à luz da inclusão econômica e social. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, n. especial, p.39-55, maio, 2022. Disponível em: <http://habitats.relise.eco.br/index.php/relise/article/download/630/681>. Acesso 18 jul.2023.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOUYON, Pierre Henri. **Raça e Racismo: Uma Introdução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n.3, p.11-27,1994. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994\(3\)/Scott.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994(3)/Scott.pdf). Acesso 18 jul. 2023.

SEIDL, Juliana; NEIVA, Elaine Rabelo; FAIAD, Cristiane; MURTA, Sheila Giardini. Age diversity management in organizations scale: development and evidence of validity. **Psico-USF**, v.27, n.2, p. 251-263, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/vLkHnmMR8YMrrnfNfg58tMn/>. Acesso em 18 jul. 2023.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Empreendedorismo por raça-cor/gênero no Brasil em 2021**. Novembro, segundo trimestre 2021. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Empreendedorismo%20Feminino/Empreendedorismo_por_ra%C3%A7a-cor_e_g%C3%AAnero_no_Brasil_2021_.pdf. Acesso em 18 jul. 2023.

SILVA, Gleicy Mailly da G.M. Cultura negra e empreendedorismo: Sensibilidades políticas a reivindicações econômicas e o engajamento através do mercado. **Anuário Antropológico**, v.43, n.1, p.11-36, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/2744>. Acesso 18 jul. 2023.

SIQUEIRA, Dirce Pereira; NUNES, Danilo Henrique; MORAIS, Fausto Santos. Identidade, Reconhecimento e Personalidade: Empreendedorismo Da Mulher Negra. **Economic Analysis of Law Review**, v.9, n.3, p.229-242, 2018. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/IDENTIDADE%2C-RECONHECIMENTO-E-PERSONALIDADE%3A-DA-Siqueira-Nunes/b2c80a7d7dd0666dec0c88c1e8d5aab7934bd194>. Acesso 18 jul. 2023.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, v.42, n.89, p.93-115, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSyVtfKjZbRx9qXK/>. Acesso em 18 jul. 2023.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. **Periferia: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo**. 2006. 163f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VENUGOPAL, Srisivas; VISWANATHAN, Madhubalan. The subsistence marketplaces approach to poverty: Implications for marketing theory. **Journal of Public Policy & Marketing**, v.40, n.3, p. 336–353, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1470593117704282>. Acesso 18 jul. 2023.

VERSIANI, Fernanda, CARVALHO NETO, Antônio; CAEIRO, Mariana Lima, MARTINS, Mariana MOTA-SANTOS, Carolina. Consequências (não) premeditadas do empreendedorismo para a mulher. **Revista de Administração FACES Journal**, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.10-28, 2021. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/7565>. Acesso 18 jul. 2023.

VIEIRA, Valéria Gonçalves, OLIVEIRA, Verônica Macário de., & MIKI, Adriana Fumi Chim. Framework de mensuração do empreendedorismo social para países em desenvolvimento. **Revista de Administração Contemporânea**, v.27, n.2, p.1-13, 2023. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1564/1861>. Acesso 18 jul. 2023.

VOROBÉVA, Ekaterina. Intersectionality and policy-making: structural barriers to entrepreneurship for Black african females in Finland. **Politeja**, v.6, n. 63, p.139-151, 2019. Disponível em: <https://journals.akademicka.pl/politeja/article/view/1309>. Acesso em 18 jul 2023.

ZIMMERMANN, Elton Colini Gonçalves. **O pensamento histórico do Brasil**. Curitiba: Contentus, Intersaberes, 2020.

Recebido em/Received: 20/07/2023 | Aprovado em/Approved: 09/12/2023
